

Salário só sobe até 80% do INPC  
Governo <sup>Plan - Brasil</sup> tabela os juros dos bancos  
Brasil não paga amanhã dívida ao BIS

Decreto beneficia quem ganha mais de 20 salários mínimos

Faixas salariais	Aumento pela fórmula antiga *		Aumento com 80% do INPC — 44,48% Cr\$
	%	Cr\$	
Cr\$ 104.328 3 salários mínimos	55,6	162.334,36	150.727,31
Cr\$ 243.432 7 salários mínimos	55,6	378.780,19	351.710,55
Cr\$ 347.760 10 salários mínimos	52,26	529.513,28	502.443,64
Cr\$ 521.640 15 salários mínimos	49,67	780.735,11	753.665,47
Cr\$ 591.192 17 salários mínimos	47,09	869.622,56	854.154,20
Cr\$ 695.520 20 salários mínimos	44,20	1.002.953,75	1.004.887,20
Cr\$ 730.296 21 salários mínimos	42,09	1.037.729,75	1.055.131,60
Cr\$ 765.072 22 salários mínimos	40,18	1.072.505,75	1.105.376,00

\* Os cálculos incluem os adicionais fixos para as diversas faixas e se baseiam nos índices para agosto

O Presidente Figueiredo reuniu o Conselho de Segurança Nacional e baixou decreto-lei que limita em 80% do INPC, por dois anos, todos os reajustes salariais (foram extintas as variações entre as faixas de renda), os aumentos dos aluguéis (ambos a partir de 1º de agosto) e as prestações da casa própria pelo BNH, a partir de 1º de julho, para quem optar pelo reajuste semestral. E os juros bancários foram tabelados.

O decreto-lei admite a livre negociação salarial, depois de acordo coletivo ou sentença judicial, em caso de força maior ou de prejuízos que levem a empresa a “situação econômica e financeira crítica”. E limita a taxa de produtividade ao crescimento da economia. Os maiores prejudicados serão os que ganham até sete salários mínimos, ou seja, 90% dos trabalhadores brasileiros, segundo o Ministério do Trabalho.

Os mutuários do Sistema Financeiro da Habitação poderão optar por um reajuste de 89,72% (80% do INPC nos 12 meses anteriores a 1º de julho), mas terão de aceitar a semestralidade. O índice é inferior aos que vigoravam antes, e que iam de 98% — para quem têm renda superior a 20 salários mínimos — a 109%, para os de renda entre um e sete salários mínimos.

As medidas de ontem representam uma forte desindexação da economia. Foram saudadas pelo integrante da missão do FMI, Thomas Reichmann, como uma contribuição para a assinatura de um novo acordo com o Fundo, o que deve permitir a liberação da 2ª parcela do empréstimo do FMI, no valor de 411 milhões de dólares.

“Momentos difíceis. Decisões amargas”. Assim, o Presidente Figueiredo iniciou seu discurso ao Conselho de Segurança Nacional. “Não poderia e não deveria transmitir o Governo ao meu ilustre substituto e prezado companheiro, Dr Aureliano Chaves de Mendonça, sem assumir o peso dessa decisão”, disse. Aureliano assegurou-lhe “a solidariedade de todos nós aqui”. Figueiredo viaja hoje para exame do coração em Cleveland.

Resolução do Banco Central limitou as taxas de juros dos bancos comerciais, em operações até 180 dias, a 5% ao mês para os grandes bancos; e 6% ao mês para os pequenos e médios. Acima de 180 dias, as taxas são corrigidas pela correção monetária, mais 20% ao ano para os bancos grandes e 24% para os pequenos e médios bancos.

Alta fonte da área econômica do Governo garantiu ontem que o Brasil não pagará amanhã os 400 milhões de dólares devidos ao BIS — Banco Internacional de Compensação. A parcela deverá ser bancada pelos principais bancos centrais que integram o BIS, liderados pelo Federal Reserve Board, dos Estados Unidos. (Páginas 15 e 17 e editorial **Coragem e Realismo**)